



Arrecadação federal cresce 8,97% em julho e chega a R\$ 289,3 bilhões

Salário mínimo deverá subir para R\$ 1.741 em 2027

Página 3

Empresas atingidas por tarifaço e guerras terão R\$ 13,5 bi em crédito

Página 4

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,15
Venda: 5,15

Turismo
Compra: 5,16
Venda: 5,34

EURO

Compra: 6,01
Venda: 6,01

CMN flexibiliza uso de recursos para renegociar dívidas rurais



Em vigor desde o fim de julho, a renegociação especial de dívidas dos produtores rurais será facilitada. Na segunda-feira (24), o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma resolução que flexibiliza o uso de recursos obrigatórios pelos bancos e cooperativas de crédito para quitar ou reduzir débitos contratados originalmente com outras fontes de financiamento.

A medida está relacionada à renegociação de dívidas rurais autorizada pela Medida Provisória 1.376/2026 e busca resolver uma dificuldade que vinha limitando a atuação das instituições financeiras.

Página 3

Beneficiada pelo crescimento da economia e por aumentos recentes de tributos, arrecadação federal alcançou R\$ 289,3 bilhões em julho de 2026, segundo dados divulgados pela Receita Federal na terça-feira (25). O resultado representa uma alta de 8,97% acima da inflação em relação ao mesmo mês de 2025, com recorde para o mês.

No acumulado de janeiro a julho, o governo federal arrecadou R\$ 1,876 trilhão. Ao descontar a inflação do período, o crescimento real foi 6,98% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Entre os principais fatores apontados pela Receita Federal para o desempenho estão:

- aumento da arrecadação da contribuição para a Previdência Social;

- crescimento das receitas com Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que refletem o aumento das vendas;

- alta na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do capital;

- avanço da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), imposto pago pelas empresas;

- aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição sobre o lucro das empresas. Página 3

Justiça decreta falência da operadora de telefonia Oi

Página 4

São Paulo confirma dois casos de febre do Nilo Ocidental

Página 2

Organização lança no Brasil movimento Um Dia sem Internet

Página 6

Esporte

Alison dos Santos é campeão e Matheus Lima garante o terceiro lugar nos 400 metros com barreiras

O atletismo brasileiro conquistou mais uma dobradinha nos 400 metros com barreiras na Diamond League. Atletas do Pinheiros-SP, Alison dos Santos, o Piu, foi campeão e Matheus Lima conquistou o terceiro lugar na etapa da Silésia, na Polônia, na manhã de domingo (23).

Alison fez a marca de 46,43, seu melhor resultado na temporada, e manteve-se na liderança do ranking mundial. Já Matheus, com 47,26, bateu seu recorde pessoal pela segunda vez na temporada. O recordista mundial Karsten Warholm, da Noruega, foi o vice-campeão da prova, com 46,52, seu recorde do ano.

"Eu esperava uma corrida rápida, a lista de participantes estava incrível – todo mundo

estava aqui. Eu sabia que, para vencer, teria que dar o meu melhor. Estou forte mentalmente. Foi uma ótima corrida e um momento incrível", disse Alison, o Piu, que já confirmou sua presença na final da Diamond League, em Bruxelas, nos dias 4 e 5 de setembro.

Alison, de 26 anos, fez na Silésia a segunda melhor marca da sua vida, atrás apenas do recorde brasileiro e sul-americano estabelecido em 2022, quando foi campeão mundial em Eugene (EUA) com o tempo de 46,29. Piu já tinha a melhor marca do mundo em 2026. Em 26 de julho, foi campeão do Troféu Brasil com 46,48, superando Warholm, que tinha feito 46,61 na Diamond League de Londres, uma semana antes da prova em São Paulo.

O paulista de São Joaquim da

Barra, que vive e treina em Clermont (EUA), com o técnico Felipe de Siqueira, venceu todas as etapas da Diamond League que disputou em 2026. Foram três etapas nos 400 metros com barreiras (Silésia, na Polónia; Oslo, na Noruega, e Xi'an, na China) e uma etapa nos 300 metros com barreiras (Shaoxing, na China).

Matheus, de 23 anos, tinha como recorde pessoal o tempo de 47,37, quando correu os 400 m com barreiras abaixo dos 48 segundos pela primeira vez na etapa de Estocolmo (Suécia) da Diamond League. Com o resultado na Silésia, é o quarto colocado do ranking mundial.

O barreirista cearense, que treina em Bragança Paulista (SP) com Sanderlei Parrela, ainda corre em Zurique (Suíça), dia 27, e



também está classificado para a final do principal circuito de provas da World Athletics, em Bruxelas (Bélgica).

"Foi a melhor marca do Matheus, em uma ótima prova. Estou muito feliz com o resultado dele, que está em uma temporada excelente, mostrando que o 47,37 não foi por acaso. Isso também mostra que o corpo dele está começando a entender o que é correr para esses resultados. Temos algumas provas até o fim da temporada e vamos sempre buscar correr perto do melhor. O mais importante é ser constante", avaliou Sanderlei.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras mester do Atletismo Brasil.

Alison dos Santos, Piu, ainda mais líder do Ranking

Atletismo de São Paulo mostra sua força e domina o Brasileiro Sub-18 no Ibirapuera

O atletismo de São Paulo confirmou sua força na formação de novos talentos e foi protagonista no Campeonato Brasileiro Interclubes CBI de Atletismo Sub-18 Loterias Caixa. Realizada de sexta-feira a domingo (21 a 23/8), no Estádio Ícaro de Castro Mello, o Ibirapuera, em São Paulo, a competição terminou com o Sesi-SP como campeão geral, enquanto a AD Centro Olímpico conquistou o título masculino. Os resultados reforçaram a presença de São Paulo entre os principais polos de desenvolvimento do

atletismo brasileiro.

O Sesi-SP terminou a competição na liderança geral, com 158 pontos, e também conquistou o título feminino, com 93 pontos. No masculino, a equipe ficou com o vice-campeonato, somando 65 pontos. AAD Centro Olímpico foi a vice-campeã geral, com 143 pontos, e garantiu o título masculino, com 79. A Orcampi, de Campinas, completou o pódio geral, com 109 pontos, além do vice-campeonato feminino, com 73.

O evento reuniu 39 equipes paulistas, com 395 atletas, 33% de todos os inscritos na competição.

Após três dias de competição, 22 equipes paulistas pontuaram, ou seja, foram finalistas, e 11 equipes foram medalhistas, obtendo 43 medalhas. Esse número representa 48% a mais do que as 29 medalhas obtidas na edição de 2025.

O domínio paulista também apareceu nos principais destaques individuais. A velocista Ana Júlia Souza de Oliveira, do Sesi-SP, e o arremessador Pyetro Henrique Roberto Souza, da ADC São Bernardo-SP, foram eleitos os melhores atletas da competição.

Aos 15 anos e disputando seu primeiro ano na categoria Sub-18,

Ana Júlia teve uma campanha excepcional. A velocista conquistou quatro medalhas de ouro: venceu os 100 m e os 200 m e ainda foi campeã nos revezamentos 4x100 m misto e feminino. Treinada por Rosana Soares e Darci Ferreira, ela aparece como uma das principais promessas da velocidade paulista.

Outro grande momento do campeonato veio com Pyetro. O atleta de 17 anos, da ADC São Bernardo, conquistou seu primeiro título brasileiro e estabeleceu novo recorde brasileiro Sub-18 no arremesso do peso (5 kg), com

21,02 m. A marca representou a primeira vez que o paulista superou os 21 metros e o colocou na terceira posição do ranking mundial Sub-18.

O resultado amplia uma temporada de recordes para Pyetro, treinado por José Cordeiro de Carvalho, o Piti. Em julho, no Campeonato Paulista Sub-18, ele já havia alcançado 20,62 m, estabelecendo então o recorde brasileiro da categoria.

Além dos títulos e das performances individuais, o Brasileiro Sub-18 evidenciou a dimensão do trabalho realizado pelos clubes

paulistas na formação de atletas, com 13 clubes do estado participando da competição. Sesi-SP, AD Centro Olímpico, Orcampi e ADC São Bernardo estiveram entre os protagonistas da competição, mostrando a força e a diversidade do sistema de desenvolvimento do atletismo no Estado.

Mais informações sobre o atletismo paulista estão disponíveis no site oficial da Federação Paulista de Atletismo, www.atletismopaulista.com.br, e nas redes sociais @atletismopaulista.

São Paulo confirma dois casos de febre do Nilo Ocidental

Uma mulher de 34 anos, moradora de Ribeirão Preto, e uma adolescente de 18 anos, residente em São José do Rio Preto, são os dois casos confirmados de febre do Nilo Ocidental, no estado de São Paulo, segundo o Centro de Vigilância Epidemiológica Prof. Alexandre Vranjac (CVE-SP), da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP).

A primeira paciente informou que viajou recentemente para a região amazônica, mas já está curada. A segunda está internada sob cuidados médicos.

Esta é a primeira vez que o estado de São Paulo registra casos humanos da doença.

"A confirmação dos dois primeiros casos humanos de febre

do Nilo Ocidental no estado reforça a importância da vigilância epidemiológica e do acompanhamento permanente da situação. As equipes municipais e estaduais seguem atuando na investigação dos casos para identificar o local provável de infecção e orientar as medidas de prevenção", disse a diretora do CVE-SP, Tatiana Lang D'Agostini.

Segundo o Ministério da Saúde (MS), também foram confirmados dois casos em Santa Catarina, com um deles evoluindo para a morte, e há um caso provável no Piauí. Diante disso, o órgão informou que mantém a vigilância epidemiológica e laboratorial para identificar casos e possíveis áreas de transmissão.

A infecção pode não provocar sintomas. Estima-se que cerca de 20% das pessoas infectadas desenvolvem manifestações clínicas, que na maioria das vezes são leves. O vírus do Nilo Ocidental é transmitido por meio da picada de mosquitos infectados, principalmente do gênero Culex (pernilongo).

Entre os sintomas estão: febre, mal-estar, falta de apetite, náuseas e vômitos, dor de cabeça, dor muscular, dor nos olhos, manchas na pele, aumento dos gânglios linfáticos, confusão mental, rebaixamento do nível de consciência, tremores ou convulsões.

Os quadros podem variar desde uma febre passageira até



formas mais graves, causando encefalite, meningite ou outras alterações neurológicas. Nesses casos, é necessária avaliação

médica imediata e, quando indicado, hospitalização.

O diagnóstico é feito por avaliação clínica e exames labo-

ratórios, em pessoas que apresentem sintomas compatíveis e tenham histórico de exposição a áreas com presença dos insetos. Não existe vacina nem tratamento antiviral específico disponível para a febre do Nilo Ocidental em humanos. O tratamento é direcionado aos sintomas, com repouso, hidratação e acompanhamento médico, conforme a necessidade de cada paciente.

Nos casos graves pode ser necessária internação hospitalar e atendimento em unidade de terapia intensiva (UTI). O tratamento pode incluir reposição de líquidos por via intravenosa, suporte respiratório e medidas para prevenir e tratar complicações. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

A frase "agosto mês do desgosto" remete ao Jânio Quadros, que começou como vereador na capital. Tornou-se o maior rival do lendário governador e prefeito da capital Adhemar de Barros. Jânio renunciou à presidência do Brasil em 25 agosto 1961

PREFEITURA (São Paulo)

A frase "agosto mês do desgosto" remete ao Jânio Quadros, que após vereador na capital, foi eleito prefeito da capital e voltou a ser prefeito [eleito em 1985 com a volta das eleições diretas nas capitais], após não ser eleito governador SP em 1982

ASSEMBLEIA (São Paulo)

A frase "agosto mês do desgosto" remete ao Jânio Quadros, que depois de ser vereador na capital foi eleito deputado na ALESP e depois prefeito da capital. Ele foi um dos maiores políticos populistas do Século 20 na política brasileira e sul-americana

GOVERNO (São Paulo)

A frase "agosto mês do desgosto" remete ao Jânio Quadros, que antes de ser eleito [1960] presidente do Brasil [renunciou em 25 agosto 1961] foi eleito governador do mais importante Estado do Brasil. Na história (SP) foi Janismo contra o Adhemarismo

CONGRESSO (Brasil)

A frase "agosto mês do desgosto" pode ser remetida para todas as mulheres na história das eleições às mesas diretoras da Câmara Deputados(as) e do Senado Federal. Nunca uma delas [por mais qualificada] foi eleita para presidência das mesas diretoras

PRESIDÊNCIA (Brasil)

A frase "agosto mês do desgosto" remete aos presidentes Vargas [já ex-ditador suicidou-se em 1954], Jânio [renunciou em 1961], Juscelino [morreu num duvidoso acidente de carro em 1976] e Dilma [1ª mulher presidente, cassada pelo Senado em 2016]

PARTIDOS (Brasil)

A frase "agosto mês do desgosto" remete ao suicídio [24 agosto 1954] do presidente [já ex-ditador] Getúlio Vargas. Em 1945 fundou o PTB [hoje PRD] e o PSD [refundado em 2011 pelo Kassab]. Em sua carta-testamento ... "saio da vida para entrar na história"

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por tornar-se referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Diz o preguioso: Um leão está no caminho; um leão está nas ruas" Provérbios 26.13

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Estado tem 1,1 mil vagas de emprego no setor de comércio nesta semana



Vagas podem ser preenchidas a qualquer momento e o número pode variar ao longo do dia e da semana

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem nesta semana 1,1 mil vagas de emprego no setor de comércio em todo o estado. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico conta com mais de 200 unidades de atendimento espalhadas por todo o estado para auxiliar quem

Além das vagas, os PATs oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego. É importante lembrar que as vagas podem ser preenchidas a qualquer momento e o número pode variar ao longo do dia.

A plataforma Trampolim reúne vagas de emprego e cursos de qualificação, e o candidato pode aplicar filtros para vagas de acordo com a área e com a localização de sua preferência. Além disso, também há diversos cursos de qualificação para conseguir concorrer às vagas de seu perfil.

O Trampolim é uma plataforma digital gratuita. Nela, existe uma curadoria de vagas de emprego e cursos, além de testes de habilidades e uma ferramenta para criação de currículo profissional.

Há também uma seção dedicada exclusivamente para o público idoso que busca recolocação profissional. Por lá, o público 60+ consegue acessar microcrédito e cursos de qualificação

profissional. Saiba mais no site do Trampolim.

O Governo de São Paulo conta com mais de 200 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), presentes em todo o estado. O equipamento concentra serviços gratuitos à população, destinados à geração de emprego e renda.

Os PATs realizam a intermediação de mão de obra. O objetivo é promover a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho por meio de buscas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Além disso, nos PATs, o cidadão também encontra o serviço de habilitação ao seguro-desemprego. Assim, o trabalhador desempregado tem acesso à assistência financeira temporária em virtude da dispensa sem justa causa.

Para atendimento nas unidades, deve-se comparecer diretamente ao Posto mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho. (Governo de SP)

SP faz terceiro repasse de ICMS do mês de agosto a municípios paulistas

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou na terça-feira (25) R\$ 1,98 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o terceiro repasse referente ao mês de agosto, do ICMS arrecadado no período de 17 a 21 de agosto, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R\$ 1,58 bilhão aos municípios em dois depósitos, feitos em 11/8 e 18/8, relativos ao ICMS apurado de 3 a 7/8 e de 10 a 14/8, respectivamente. Com o depósito desta terça-feira (25), o valor acumulado em agosto sobe para R\$ 3,56 bilhões.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

Em sete meses de 2026, o Go-

verno Estadual realizou 31 repasses às cidades paulistas totalizando R\$ 26,57 bilhões do ICMS.

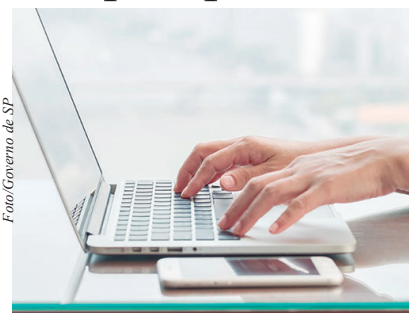
Repasse de ICMS

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme



determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

THERRA estreia com primeiro álbum e apresenta "Não Desista", parceria especial com Michael Sullivan

Novo projeto musical chega ao público em 4 de setembro com identidade própria, emoção e três composições em parceria com um dos grandes nomes da música brasileira

Uma nova banda chega à cena musical brasileira para apresentar ao público uma sonoridade marcante, contemporânea e carregada de emoção. THERRA lança seu primeiro álbum no dia 4 de setembro, inaugurando oficialmente uma nova trajetória musical.

O álbum reúne um repertório que traduz a identidade da banda e traz com um de seus grandes destaques três músicas compostas em parceria com Michael Sullivan, artista e compositor re-

conhecido por sua contribuição à música brasileira.

A primeira música a ser apresentada ao público será "Não Desista", uma canção que carrega um significado ainda mais especial para a THERRA. A faixa foi composta como uma homenagem a Michael Sullivan e conta também com a participação do próprio artista nos vocais.

Mais do que uma parceria musical, o encontro entre a THERRA e Michael Sullivan nasceu de

uma amizade que se fortaleceu durante o processo criativo. Essa conexão deu origem a músicas que unem diferentes experiências e sensibilidades, resultando em um trabalho que promete emocionar e surpreender o público.

"Não Desista" chega como uma mensagem de força, esperança e perseverança — sentimentos que também traduzem o momento vivido pela própria THERRA ao iniciar essa nova caminhada.

Com o lançamento do primeiro álbum, a banda apresenta não apenas novas músicas, mas também uma nova identidade artística. A THERRA nasce com a proposta de construir uma trajetória autêntica, aproximando intensidade, emoção e personalidade em seu som.

O lançamento de "Não Desista", no dia 4 de setembro, marca o primeiro passo dessa história. THERRA. Um novo som começa agora.

Arrecadação federal cresce 8,97% em julho e chega a R\$ 289,3 bilhões

Beneficiada pelo crescimento da economia e por aumentos recentes de tributos, arrecadação federal alcançou R\$ 289,3 bilhões em julho de 2026, segundo dados divulgados pela Receita Federal na terça-feira (25). O resultado representa uma alta de 8,97% acima da inflação em relação ao mesmo mês de 2025, com recorde para o mês.

No acumulado de janeiro a julho, o governo federal arrecadou R\$ 1,876 trilhão. Ao descontar a inflação do período, o crescimento real foi 6,98% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Entre os principais fatores apontados pela Receita Federal para o desempenho estão:

- aumento da arrecadação da contribuição para a Previdência Social;
- crescimento das receitas com Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Segurida-



Foto: Arquivo/Contraste/Agência

de Social (Cofins), que refletem o aumento das vendas;

- alta na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos do capital;
- avanço da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), imposto pago pelas empresas;

- aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), contribuição sobre o lucro das empresas.

Sequência de recordes

A arrecadação federal vem registrando sucessivos recordes mensais desde o ano passado. Em 2025, o governo fede-

ral elevou a tributação sobre diferentes operações com o objetivo de reforçar as receitas e contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Entre as medidas adotadas estiveram mudanças no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e na tributação de bets e fintechs. As alterações relacionadas às duas últimas categorias foram posteriormente aprovadas pelo Congresso Nacional.

Divulgação dos dados

A Receita Federal havia informado, no início da manhã desta terça-feira, que a divulgação dos números de julho seria adiada por questões logísticas. No entanto, os dados foram publicados na página oficial do Fisco às 11h17.

A divulgação ocorre em meio ao acompanhamento das contas públicas e da evolução das receitas federais ao longo de 2026. (Agência Brasil)

Bitcoin volta a superar US\$ 80 mil após três meses e sobe quase 25% em uma semana

O bitcoin voltou a ultrapassar a casa dos US\$ 80 mil pela primeira vez desde 15 de maio, impulsionado pela desvalorização do dólar e pela expectativa da aprovação de um projeto de lei favorável para regulamentar as criptomoedas nos EUA.

A principal moeda virtual chegou a atingir US\$ 81,22 mil (R\$ 419,3 mil), por volta das 23h30 (horário de Brasília) de segunda-feira (24), alta de 2,83% em relação ao dia anterior. As 10h30 da terça-feira (25), o bitcoin estava cotado a US\$ 78,76 mil (R\$ 406,59 mil), variação positiva de 0,2%.

A criptomoeda mais negociada do mundo passou a subir a partir da última quarta-feira (19), quando a SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos EUA) anunciou um conjunto de regras para regular a criptomoeda.

A proposta foi comemorada pelo setor, pois isenta certas empresas e ofertas de criptomoedas das regras de valores mobiliários dos EUA, o que deve facilitar a emissão de tokens e a captação de recursos por parte dessas empresas.

Naquele dia, o bitcoin estava em US\$ 64,72 mil. Desde então, ele valorizou quase 25% e superou a casa dos US\$ 80 mil, o que não ocorria desde 15 de maio, quando o bitcoin estava cotado a US\$ 81,64 mil.

Além do projeto de lei, outro fator que contribuiu para a disparada da criptomoeda foi o anúncio do governo dos EUA que passou a dobrar o volume de suas recompras de títulos de longo prazo do Tesouro, após uma forte onda de vendas que elevou os custos de financiamento aos maiores níveis em vários anos.

A medida, anunciada também na quarta-feira (19), levou à desvalorização do dólar e ao aumento da aposta na criptomoeda.

"Há uma certa preocupação com a situação fiscal dos Estados Unidos, e estamos vendo essa combinação clássica de enfraquecimento do dólar e alta dos rendimentos", afirmou Michael Metcalfe, chefe de estratégia macroeconômica global da State Street Global Markets. (Folhapress)

CMN flexibiliza uso de recursos para renegociar dívidas rurais

Em vigor desde o fim de julho, a renegociação especial de dívidas dos produtores rurais será facilitada. Na segunda-feira (24), o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma resolução que flexibiliza o uso de recursos obrigatórios pelos bancos e cooperativas de crédito para quitar ou reduzir débitos contratados originalmente com outras fontes de financiamento.

A medida está relacionada à renegociação de dívidas rurais autorizada pela Medida Provisória 1.376/2026 e busca resolver uma dificuldade que vinha limitando a atuação das instituições financeiras.

Os bancos são obrigados a destinar uma parcela dos recursos captados em depósitos à vista para determinadas finalidades. Atualmente, 31,5% dos depósitos à vista são destinados ao crédito rural.

Antes da decisão do CMN, esses recursos só poderiam ser usados para renegociar operações que tivessem sido contratadas originalmente com a mesma fonte de recursos. Na prática, isso restringia a quantidade de dívidas que cada instituição financeira conseguia renegociar.

Com a mudança, os recursos obrigatórios poderão ser utilizados para liquidar ou amortizar operações contratadas original-

mente com outras fontes. A exceção são as operações vinculadas aos fundos constitucionais.

Dessa forma, um banco passa a ter mais liberdade para usar os recursos obrigatórios disponíveis para ajudar na renegociação de dívidas rurais, mesmo quando o financiamento original não veio daquela mesma fonte.

A regra anterior determinava que as instituições considerassem os saldos das fontes de recursos apurados em 22 de julho. Segundo o Ministério da Fazenda, esse mecanismo dificultava a operacionalização e o controle das renegociações.

Limite de 40%

A flexibilização, porém, tem um limite. Os agentes financeiros poderão usar até 40% da exigibilidade do ano-safra em renegociações.

A exigibilidade é, de forma simplificada, a parcela dos recursos que as instituições financeiras são obrigadas a destinar a determinadas modalidades de crédito.

O teto de 40% foi estabelecido para evitar que os recursos destinados ao crédito rural sejam consumidos em grande parte pelo refinanciamento de dívidas. A intenção é preservar dinheiro também para novos empréstimos aos

produtores.

Juros das operações

Poderão ser utilizados recursos direcionados não controlados ou recursos livres não controlados, respeitando as taxas de juros previstas para as renegociações.

Os juros ficarão entre 5% e 12% ao ano, conforme o nível de perdas comprovado pelo produtor rural.

A taxa, portanto, não será necessariamente a mesma para todos. A situação de cada produtor e a comprovação das perdas influenciarão as condições da renegociação.

Mais bancos

A flexibilização também pode ampliar o número de instituições financeiras capazes de participar da renegociação das dívidas rurais.

Em 14 de agosto, o Ministério da Fazenda distribuiu R\$ 25,8 bilhões em limites de equalização entre dez instituições financeiras.

A equalização é um mecanismo usado pelo governo para compensar instituições financeiras pela diferença entre o custo de captação dos recursos e os juros cobrados em determinadas operações.

Com a nova regra, bancos que não receberam limites de equalização naquela distribuição também poderão participar das

renegociações usando os recursos obrigatórios.

Quem recebeu menos

A mudança também beneficia instituições que receberam um limite de equalização menor do que o necessário para atender à demanda de seus clientes.

Esses bancos poderão usar até 40% das exigibilidades dos recursos obrigatórios para complementar os valores destinados à renegociação.

Na prática, a medida amplia a capacidade das instituições financeiras de atender produtores que buscam reorganizar suas dívidas, sem retirar totalmente os recursos que precisam continuar disponíveis para novos financiamentos rurais.

O objetivo central da decisão do CMN é destravar as renegociações de dívidas rurais.

Ao permitir que mais fontes de recursos sejam utilizadas e ao ampliar a quantidade de instituições que podem participar das operações, o governo espera facilitar a reputação dos débitos.

Ao mesmo tempo, o limite de 40% procura equilibrar os dois objetivos: ajudar produtores endividados a reorganizar suas dívidas e preservar recursos para que o sistema financeiro continue concedendo novos créditos rurais. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Essential Idea Editora publica dois livros sobre educação para o voto consciente para a Votorantim

Por Nicholas M. Merlone

A Votorantim - um dos maiores grupos empresariais genuinamente brasileiros - completou 100 anos de história em 2018, e como parte de sua celebração, decidiu apoiar o exercício da cidadania por meio do estímulo ao voto consciente nas eleições de outubro daquele ano. A razão, segundo João Miranda, CEO da empresa é que "a celebração do centenário coincide com um ano de eleições importantes no país, em meio a um debate muito intenso sobre ética e política".

Para esclarecer os eleitores que iriam votar para as câmaras de deputados, o Senado, governadores e presidência da República (eleições majoritárias) foi criado o "Guia do Voto", um aplicativo de internet de acesso aberto, e para qualificar e elevar o debate sobre o tema junto a formadores de opinião, foi publicado um livro de educação para a cidadania pela Essential Idea Editora sobre o sistema eleitoral do Brasil, a função de cada cargo eletivo, um livro feito para esclarecer as dúvidas mais comuns do eleitor. O "Guia do Voto" foi escrito em linguagem acessível pelo cientista político Humberto Dantas, especializado em aulas e palestras sobre educação para a cidadania em escolas públicas.

Em 2020 a Votorantim repetiu o projeto e fez um segundo livro, desta vez com orientações sobre o voto municipal, para ajudar a escolher de maneira consciente os vereadores e prefeitos. Novamente a Essential Idea Editora foi convidada a publicar o livro que foi distribuído para formadores de opinião e educadores para a cidadania com o título de "Guia do Voto - Eleições Municipais".

João Schmidt, presidente da Votorantim S.A. escreveu no Prefácio que "Este Guia do Voto - Eleições Municipais tem o objetivo de oferecer os instrumentos para cada eleitor brasileiro desempenhar seu papel cívico nas próximas eleições. Nós, da Votorantim, acreditamos que os cidadãos brasileiros precisam conhecer, se interessar e participar ativamente da transformação de suas cidades, entendendo que cidadania é uma palavra de ação."

Rogério Ruschel, diretor editorial da Essential Idea considera estes livros "um dos projetos mais interessantes que a editoria já realizou, entre os mais de 40 livros que já lançamos em 18 anos."

Veja entrevista de Renato Delmanto, na época Gerente Geral de Comunicação da Votorantim ao Canal Sustentabilidade sobre o projeto do "Guia do Voto" em <https://www.youtube.com/watch?v=1WdwHSM1n4&t=12675>. Conheça a editora no site <https://www.essentialidea.com.br/>

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor. Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholasmerlone@gmail.com



Salário mínimo deverá subir para R\$ 1.741 em 2027

O salário mínimo deverá subir para R\$ 1.741 em 2027, disse na segunda-feira (24) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. A estimativa será incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que será enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

O valor representará um aumento de R\$ 120, ou 7,4%, sobre os atuais R\$ 1.621. A nova projeção também ficou R\$ 24 acima da estimativa de R\$ 1.717 apresentada pelo governo no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em abril.

O reajuste tem impacto direto nas contas públicas porque o salário mínimo é usado como referência para benefícios previdenciários e assistenciais. Ao mesmo tempo, uma elevação acima da inflação aumenta o poder de compra de trabalhadores e beneficiários que recebem o piso.

"Cumprindo a legislação brasileira, dentro do nosso espírito de privilegiar a população mais carente, vai também para a Previdência e para os benefícios sociais que têm indexação no salário mínimo", afirmou Durigan nesta noite.

Os R\$ 1.741 ainda são uma projeção. O valor definitivo será conhecido no fim de 2026, após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado até novembro. O INPC mede a inflação para famílias com renda de até oito salários mínimos. A regra atual combina a infla-

ção medida pelo INPC com um ganho real (acima da inflação) de 2,5%, dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Por isso, uma inflação diferente da estimada pelo governo poderá alterar o valor final.

A previsão de R\$ 1.741 inclui um ganho acima da inflação, o que significa aumento real da renda para quem recebe o piso, desde que a inflação efetiva fique dentro das estimativas consideradas no cálculo.

O reajuste também representa aumento das despesas do governo. Cerca de 45% dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) têm valor vinculado ao salário mínimo.

A alta afeta pagamentos como aposentadorias e pensões do INSS, Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e abono salarial. A contribuição previdenciária dos Microempreendedores Individuais (MEIs) também é influenciada pelo piso.

Esse efeito torna o salário mínimo uma variável importante para o planejamento das contas públicas. Quanto maior o reajuste, maior tende a ser a despesa do governo com benefícios vinculados ao piso.

O aumento também pode estimular o consumo, principalmente entre famílias de menor renda, que tendem a destinar uma parcela



Foto: Tânia Regalado/Br

maior dos recursos recebidos para despesas básicas.

Por outro lado, o impacto fiscal limita o espaço do governo para ampliar outras despesas. O reajuste do mínimo, portanto, envolve um equilíbrio entre aumento da renda, preservação do poder de compra e controle das contas públicas.

Durigan afirmou que o Orçamento de 2027 será elaborado levando em conta esse cenário e destacou que o governo pretende manter o ganho real previsto para o salário mínimo e controlar o crescimento de outros gastos obrigatórios.

"Para o ano que vem, a gente projeta o aumento das obrigatórias um pouco inferior ao aumento geral do orçamento. As medidas têm o condão de dar racionalidade, de modo que a regra com

ganho real do arcabouço fiscal vai ter um ganho real maior do que as obrigatórias amplamente consideradas", argumentou o ministro.

Orçamento no Congresso

O PLOA de 2027 será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto e ainda passará pela análise dos parlamentares.

O valor definitivo do salário mínimo só será conhecido em dezembro, quando for divulgado o INPC de novembro. Se a projeção de R\$ 1.741 for confirmada, o novo piso entrará em vigor em janeiro de 2027.

Para o governo, a mudança terá impacto simultâneo sobre a renda de milhões de brasileiros e sobre as despesas públicas, fazendo do salário mínimo uma das principais variáveis do Orçamento do próximo ano. (Agência Brasil)

Brasil multa TikTok em R\$ 153,7 mi por falhas em dados de adolescentes

Justiça preserva direito de idosos a passagens interestaduais



Uma recente decisão da 5ª Seção Judiciária da Justiça Federal (SJRO) em Rondônia reafirmou o direito de idosos de baixa renda comprarem passagens para viagens interestaduais de ônibus pela metade do preço cobrado dos demais usuários.

O resultado da ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) tem abrangência nacional, devendo ser respeitada por empresas de transporte interestadual em todo o país.

O decreto presidencial nº 5.934, que define os critérios para aplicação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) no sistema de transporte coletivo interestadual, estabelece que as companhias de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário interestadual devem reservar às pessoas com 60 anos ou mais duas vagas gratuitas em cada veículo, comboio ferroviário ou embarcação usada para transportar passageiros.

Além das vagas gratuitas, a legislação brasileira prevê o direito dos idosos de baixa renda adquirirem passagens, a qualquer momento, com 50% de desconto. Tem direito à gratuidade e ao desconto as pessoas com 60 anos de idade ou mais, com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos – o que, atualmente, equivale a R\$ 3.242.

Para o MPF, a imposição de uma limitação temporal para a compra, por idosos, de passagens de transporte rodoviário interestadual com desconto era ilegal, pois o Estatuto do Idoso não prevê restrições à aquisição dos bilhetes. Em sua decisão, o desembargador federal Alexandre Jorge Fontes Laranjeira concorda com decisões judiciais anteriores que concluíram pela ilegalidade das restrições.

“O acórdão [judicial de no-

vembro de 2025] foi claro e expresso ao fundamentar que a imposição de um prazo máximo de antecedência para a compra do bilhete com desconto por pessoas idosas representou uma extrapolação do poder regulamentar, por criar barreira não prevista no Estatuto do Idoso”, concluiu o desembargador.

Responsável por regular a prestação de serviços de transporte rodoviário e ferroviário, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt) informou, em nota, que além de confirmar os direitos dos idosos, a decisão da 2ª Vara Cível de Porto Velho anulou a exigência dos interessados adquirirem as passagens com, no máximo, seis horas de antecedência para viagens de até 500 quilômetros de distância, e de 12 horas de antecedência para os roteiros com mais de 500 quilômetros.

“Com isto o passageiro pode solicitar o benefício assim que a viagem estiver disponível para venda ao público”, explicou a Antt, destacando que, na prática, os prazos restritivos já estavam suspensos.

Para obter a passagem gratuita ou com desconto, o idoso deve apresentar documento oficial com foto, CPF e comprovante de renda no guichê da companhia. Já as empresas estão obrigadas a informar, em seus canais eletrônicos, as vagas disponíveis e ocupadas. Caso se recusem a fornecer a gratuidade ou o desconto, devem fornecer ao interessado um documento explicando a razão de não cumprir a legislação. Se quiser, a pessoa que se sentir prejudicada poderá registrar uma denúncia contra a empresa junto a ANTT, pelo telefone 166; pelo WhatsApp (61) 99688-4306 ou no Fale Conosco. (Agência Brasil)

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) aplicou multas que somam R\$ 153,7 milhões à ByteDance Brasil Tecnologia, responsável pela plataforma TikTok no país, por infrações ligadas a perfis de crianças e adolescentes. A sanção está publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (25).

Além da multa, a autoridade determinou a eliminação dos dados pessoais de adolescentes entre 13 e 18 anos cadastrados na plataforma cuja indicação de representante legal não ocorra em até 60 dias úteis.

A empresa foi penalizada por irregularidades relacionadas ao tratamento de dados pessoais de adolescentes e por descumprimento de princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As multas foram aplicadas por infrações ao Artigo 7º da lei, que trata das hipóteses legais para o tratamento de dados pessoais, e aos princípios da segurança e da respon-



sabilização e prestação de contas, previstos no Artigo 6º da norma.

A maior parte da penalidade corresponde a duas multas de R\$ 63,1 milhões cada. Uma terceira multa, de R\$ 27,4 milhões, completa o valor total de R\$ 153,8 milhões.

De acordo com a ANPD, a empresa poderá obter redução de 25% no valor da multa caso renuncie ao direito de recorrer da

decisão em primeira instância e pague o valor dentro do prazo previsto. Nessa hipótese, o montante a ser recolhido cairia para R\$ 115,3 milhões.

Relatório técnico

Após o término desse prazo, a ByteDance Brasil terá cinco dias úteis para apresentar à ANPD relatório técnico comprovando o cumprimento da determinação. O documento deverá conter regis-

tros de auditoria dos sistemas e declaração formal assinada pelo encarregado pelo tratamento de dados pessoais da empresa.

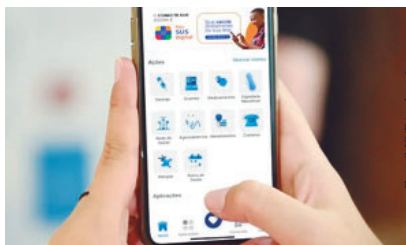
A autoridade informou ainda que poderá exigir auditoria externa independente caso considere insuficientes as comprovações apresentadas para atestar a exclusão definitiva dos dados.

Multa diária e recurso

O despacho estabelece também multa diária de R\$ 137 mil em caso de descumprimento das obrigações relacionadas à exclusão dos dados, à apresentação do relatório técnico ou à comunicação aos terceiros que receberam informações dos adolescentes afetados.

A ByteDance Brasil foi intimada a cumprir as sanções e terá prazo de 10 dias úteis para apresentar recurso administrativo. Caso opte por não recorrer, poderá manifestar interesse na redução da multa dentro do mesmo período. (Agência Brasil)

SUS: mulheres em situação de violência têm teleatendimento psicológico



Mulheres em situação de violência e mães atípicas de todo o país passam a ter teleatendimento psicológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ao todo, serão disponibilizadas até 100 mil consultas por mês.

Além das mulheres com 18 anos ou mais que vivenciam situações de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral; a assistência por videochamada abrange aquelas com sobrecarga de cuidado não remunerado, por exemplo, de pessoas com deficiências (PCD), de familiares neurodivergentes ou com

doenças raras. O objetivo do atendimento psicológico remoto é oferecer um espaço seguro e sem julgamentos para compreender a situação vivida pelas pacientes e construir estratégias de proteção, cuidado e bem-estar.

O teleatendimento integra a ação Agora Tem Especialistas em Saúde Mental para Mulheres do Ministério da Saúde em parceria com a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS).

Acesso

O serviço gratuito pode ser

acessado por meio do aplicativo “Acolhe Mais”, localizado na página inicial do Meu SUS Digital ou no site. É necessário fazer o login com a senha da plataforma Gov.br.

Não é necessário o encaminhamento prévio por outra unidade pública de saúde ou apresentar qualquer documento que comprove a situação de violência, vulnerabilidade ou a condição de cuidadora sem remuneração.

Primeiramente, a mulher interessada deve fazer o cadastro, com o preenchimento do formulário online e responder às perguntas do acolhimento digital.

Procedimento

Após o envio da solicitação de teleatendimento psicológico, a equipe de profissionais fará a avaliação das informações e o retorno à paciente deverá ocorrer em até 24 horas.

Feito o agendamento, a usuária receberá a confirmação da consulta, orientações, lembretes e o link para a videochamada.

Os atendimentos ocorrem de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, no horário de Brasília. E aos

sábados, das 8h às 14h.

Atendimento

As sessões de teleatendimento psicológico têm duração mínima de 50 minutos.

A jornada prevê acolhimento inicial e acompanhamento psicológico, com ciclos de até 10 sessões e possibilidade de renovação quando houver necessidade.

A proposta é que a mesma psicóloga acompanhe a usuária ao longo do processo, favorecendo a construção de vínculo.

Ajuda

Se houver risco imediato de violência ou violência consumada, a vítima ou pessoa que tenha conhecimento da situação deve ligar para o telefone de emergência da Polícia Militar de sua localidade, no número 190, ou no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), número 192.

A rede de proteção também conta com a Central de Atendimento à Mulher 180. O atendimento é gratuito e funciona por 24 horas, sete dias por semana, inclusive nos feriados. (Agência Brasil)

Anvisa aprova segundo genérico de semaglutida em caneta injetável



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do segundo medicamento genérico de semaglutida sintética no Brasil, produzido pela Gerned Farmacêutica.

O registro que autoriza a comercialização da versão genérica foi publicado no Diário Oficial da União da segunda-feira (24).

A semaglutida é indicada para o tratamento de diabetes mellitus tipo 2, pois ajuda a controlar os níveis elevados de glicose no sangue. Médicos também recitam a substância para o controle da obesidade. A substância é aplicada por meio de uma caneta com agulhas e ficou popular como princípio ativo dos produtos Ozempic e Wegovy, da fabricante Nordisk.

No último dia 17, a Anvisa aprovou a primeira versão genérica da semaglutida, esta produzida pelo laboratório farmacêutico brasileiro EMS.

A Anvisa alerta que a comercialização do novo produto está sujeita à prescrição médica em duas vias. Uma delas fica retida na farmácia, enquanto a outra via carimbada permanecerá com o paciente.

A caneta com o medicamento genérico não possui nome comercial de apresentação, sendo identificada na embalagem apenas

pelo nome da substância ativa (semaglutida).

Conforme determinado na legislação brasileira, na embalagem padronizada de um produto genérico é obrigatória a impressão da faixa amarela com a letra “G” em destaque e a inscrição “Medicamento Genérico”.

A solução semaglutida deve ser armazenada em temperaturas de 2 graus Celsius (°C) a 8 °C, em geladeira, antes e depois de iniciado o tratamento.

A seguir, as opções aprovadas pela Anvisa para apresentação e dosagem do novo medicamento genérico de semaglutida: apresentação de 1,5 mililitro (ml); caixa com dosagens iniciais ou ciclos menores, contendo uma caneta aplicadora preenchida e seis agulhas; apresentação de 3 ml; opção com o dobro do volume (com duas canetas aplicadoras com 1,5 ml cada) para tratamentos continuados, acompanhada de dez agulhas; apresentação de 3 ml; embalagem com uma única caneta de maior capacidade (contendo 3 ml do produto) para quatro aplicações; apresentação de 6 ml; caixa de maior volume total (com duas canetas aplicadoras de 3 ml cada), totalizando 6 ml de solução com total de oito agulhas. (Agência Brasil)

Sair da rotina da internet e das redes sociais de todo o mundo, incentivando, por outro lado, o tempo offline com qualidade, é o objetivo do primeiro Dia do Reset (Reset Day), que será lançado nesta quarta-feira (26), no Brasil, pela Outward Bound Brasil (OBB), organização educacional internacional voltada ao desenvolvimento humano por meio de experiências ao ar livre.

O dia será marcado pelo lançamento de um filme manifesto e a abertura de inscrições para a ação, que acontecerá no dia 26 de setembro próximo, em todo o país. A iniciativa é gratuita e baseada na escolha do que cada pessoa fará com a sua pausa das redes.

A intenção é engajar 200 mil brasileiros simultaneamente e registrar entre 250 mil a 700 mil horas desconectadas de redes e dispositivos por 24 horas. O conceito é Um dia. Redes Sociais fora do ar. Você dentro da vida.

O Dia do Reset foi criado pela Outward Bound nos Estados Unidos, em 2025, com o nome The Reset. A iniciativa convida jovens, famílias, escolas, empresas e comunidades a realizarem uma pausa voluntária das redes e dedicarem esse período à natureza, à convivência, às relações presenciais e à reconexão consigo mesmos.

Na edição inaugural nos Estados Unidos foram reunidos 51 mil participantes, resultando em 328 mil horas de desconexão digital.

Fundada em 1941, em Aberdyfi, no Reino Unido, a Outward Bound é pioneira na aprendiza-

gem experiencial ao ar livre.

A organização está presente em seis continentes, onde realiza experiências voltadas ao desenvolvimento humano. No Brasil, a OB está desde o ano 2000.

A organização utiliza a natureza como parte central de sua metodologia, desenvolvendo programas para crianças, adolescentes, adultos, famílias, escolas, organizações sociais e empresas.

Ansiiedade e depressão

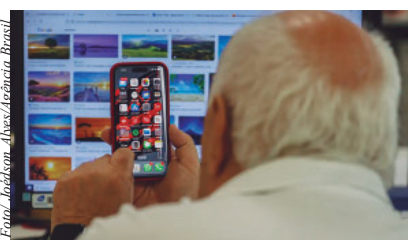
Estudos mostram que, no Brasil, as pessoas costumam passar em torno de 116 horas por semana conectadas à internet, o que significa a média de 52 anos, 9 meses e 16 dias vividos de forma online.

De acordo com estimativas, o Brasil seria o segundo país no mundo em tempo médio de uso de redes sociais.

O conselheiro da OBB Eduardo Becker chama a atenção para os números que o Brasil apresenta.

“O Brasil figura sempre entre os primeiros lugares no tempo de uso de redes sociais, com 54% dos jovens tendo algum quadro de ansiedade ou pânico; 80% não fazem o mínimo de atividade física recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”, alerta o conselheiro.

Becker avalia que o que se observa é uma pandemia silenciosa. E ressalta, no entanto, que o Dia do Reset não é contra a tecnologia.



de forma intencional ou quando ela está usando a gente. O que nós queremos é que as pessoas entendam que a tecnologia tem seu papel, mas que estar presente nos lugares, entender que a vida real é mais importante é uma questão de saúde”, disse Becker à Agência Brasil.

O diretor executivo da Outward Bound Brasil, Andreas Martin, conhecido por Fish, acrescenta que a proposta não é se desconectar da tecnologia, mas alcançar o equilíbrio e ter em mente que antes de sermos usuários digitais, somos pessoas.

“E construir uma vida significativa exige tempo, presença e espaço para estar com o outro e consigo mesmo”, ressalta.

Escolha pessoal

A proposta do dia sem internet convida as pessoas a voltar ao dia a dia, e que cada participante que se inscrever escolha como vai preencher o tempo livre durante a ação, com caminhada, banho de rio, jogo em família, rodas de conversa. Algumas ho-

ras de contemplação offline são algumas sugestões.

Mais de 80 empresas já foram mobilizadas para o dia 26 de setembro. O movimento conta também com patrocinadores que financiam bolsas para jovens em situação de vulnerabilidade em programas educacionais da OBB. Escolas, empresas e famílias poderão organizar suas próprias atividades, cada uma no seu formato.

Apoiam a mobilização, entre outras personalidades, o pediatra Daniel Becker; o escritor e educador Ilan Brenman; Aretha Duarte, primeira mulher negra latino-americana a alcançar o cume do Everest; Gabriel Abdalla, idealizador da plataforma Reconecta; e Beto Pandiani, conhecido velejador brasileiro.

O ponto de contato para a ocupação de espaços públicos é o coletivo Entre Parques.

O movimento disponibilizará pelo site oficial o acesso a materiais educativos e guias de atividades sugeridas. (Agência Brasil)

Organização lança no Brasil movimento Um Dia sem Internet